



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Entrevista concedida aos "Diários Associa-
dos" e publicada a

— 6 de novembro —

Quer Vossa Excelência precisar a linha do Governo Federal em relação ao extinto Partido Comunista?

— As manifestações públicas do meu pensamento são conhecidas de todos. Já na primeira Mensagem que dirigi aos representantes da Nação, no capítulo sobre a ordem pública, assinali a infiltração de ideologias estranhas entre nós e os surtos lamentáveis que marcaram, com sangue, o luto da família brasileira. Está presente, na memória de todos, o dia 27 de novembro. Aplaudi, como brasileiro e como Chefe de Estado, as medidas preventivas adotadas no texto constitucional, contra a propaganda de processos violentos para subversão da ordem, bem como contra o funcionamento de partido ou associação antidemocrática. E frisei, como se me afigurava do meu dever:

“Não basta, porém, adotar, em teoria, tão sábios mandamentos. É indispensável fazê-los respeitar e cumprir”.

— Que pensa Vossa Excelência sobre as alianças que vêm fazendo alguns partidos democráticos com os comunistas?

— Pouco antes das eleições de 19 de janeiro, em declarações formuladas à imprensa, aconselhei os brasileiros a emprestar o seu apoio apenas aos partidos que não tivessem em mira rasgar a Constituição, para montar no poder a sua própria ditadura, a de uma classe ou de um grupo. Fui mais longe, advertindo de que,

“ainda agora, no intuito de promover interesses eleitorais de ordem imediata, a boa-fé de alguns levou-os a negociar o apoio de facção que, pela confissão pública dos seus agentes no Brasil, não se julga incondicionalmente obrigada para com a nossa Pátria”.

Poucos meses depois, quando falei aos trabalhadores no dia 1.º de maio, lembrei que, na procura de soluções para as questões que afetam o nosso destino, precisávamos encontrar o terreno comum de indivisível fidelidade à Pátria. Fosse — declarei então — o ponto de partida; essa, a base em que devia repousar todo entendimento entre os brasileiros. E acrescentei que não podíamos transigir quando estivesse em causa a lealdade para com o Brasil.

— Há quem justifique essas alianças com a invocação de direitos, que seriam mesmo obrigações, por parte dos eleitores que, nos pleitos anteriores, sufragaram a legenda do Partido Comunista. Que pensa Vossa Excelência dessa justificativa?

— Compreendo a referência, que é muito atual. Também já havia pensado nesses nossos patrícios. No discurso que pronunciei em Pôrto Alegre, nos últimos dias de maio dêste ano, pouco depois da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que determinou o cancelamento do registro do Partido Comunista, fiz um apêlo para que se integrassem novamente nas correntes da vida democrática nacional. Não haveria mal em que o lembrasse:

“O Presidente da República tem sempre presente o compromisso, que assumiu, de manter, defender e cumprir a Constituição e as leis. Por isso mesmo, não tenciona agora, como jamais o fêz, opor restrições aos direitos e à participação, na vida pública, de classe ou

agrupamento social de qualquer natureza. Não vê, assim, na maioria dos que militavam naquele partido, senão brasileiros, por direito e pelo coração, com acesso, portanto, às mesmas oportunidades que a vida cívica e a economia do país devem oferecer indistintamente. Espera, para que assim possa ser, que prestem completa obediência à deliberação do Poder Judiciário.”

Ao terminar aquela oração, julguei-me ainda na obrigação de advertir os que me ouviam, de que

“na medida em que a sociedade der satisfação às necessidades existentes no seu seio, e na proporção em que souber e quiser se defender dos fatores estranhos que lhe perturbam o desenvolvimento — ter-se-á firmado a maneira democrática de viver”.

Sobre a disposição do Governo Federal, de

“dar execução sincera e plena ao decidido pelo Poder Judiciário, cumprindo inteiramente e em tôdas as suas consequências os seus deveres para com o País”,

não pode restar dúvidas. Aliás, foi nesses termos que me expressei em entrevista concedida ao *Jornal do Comércio do Recife*.

— Como considera Vossa Excelência as alianças efetivamente feitas?

— O que presenciamos, em Pernambuco, São Paulo e outros lugares, equivale ao desrespeito a uma decisão do Poder Judiciário, tomada em processo regular, pelo órgão competente, e que somente outra decisão judicial poderá revogar ou alterar. Os acôrdos partidários havidos não são

com antigos eleitores comunistas. Estes, como os demais, seriam persuadidos pelas plataformas dos candidatos ou pelo que dêles ouvissem durante a campanha. Não. Os acôrdos realizados o foram com dirigentes do extinto Partido Comunista, com os representantes daquele núcleo central, composto de homens treinados e disciplinados no estrangeiro, que tenta burlar a sentença do Tribunal Superior Eleitoral e sobreviver na ilegalidade. O fato de tais acôrdos se reproduzirem pelo País afora, com a participação de quase todos os partidos, em nada diminui a gravidade da posição ilegal — e contrária aos interêsses nacionais — que a êsses acôrdos é inerente. Pouquíssimos reagiram contra essa tática de infiltração. Os seus resultados, no entanto, estão sendo obtidos, visando à desmoralização dos partidos nacionais e das próprias instituições, atingidas no respeito devido à Lei e aos atos emanados dos poderes constitucionais competentes. Lembro, ainda, o que disse aos trabalhadores, por ocasião do rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética: “O Brasil não pode condescender com os que o querem dividir irremediavelmente.” Conci-tei-os, então, a uma atitude de permanente vigilância — dentro da ordem e da legalidade. É esta a minha atitude, invariavelmente mantida.

— E sôbre o momento paulista?

— Não interfeiri em nenhuma fase do atual pleito paulista: nem na escolha dos candidatos, nem na conduta, da campanha, nem me manifestando, sob qualquer forma, por qualquer dos concorrentes. Limitei-me, coerentemente, a condenar as alianças espúrias — o que ora repito — verifiquem-se elas aqui ou ali, neste ou naquele acampamento.

O nobre povo bandeirante não precisa da tutela de ninguém. As minhas palavras, as antigas e as recentes, são dirigidas a todos os brasileiros de boa vontade. Os paulistas vão se pronunciar livremente sob a proteção da Justiça, e só dêles depende a decisão sobre a sua vida local e municipal. E essa possibilidade de autogoverno -- só ela -- mostra o quanto se progrediu depois de 29 de outubro de 1945.